

Dia 19/03 é dia de paralisação

Educador(a) municipal, pelo que lutamos?

A educação pública vive um momento histórico, um longo caminho foi trilhado até aqui para que, ainda em 2014, sejam implantadas mudanças que garantam condições de trabalho e ensino com cada vez mais qualidade. Nós, educadores(as), lutamos para que os(as) governantes olhem com mais atenção para a educação no país. Somos trabalhadores(as) comprometidos(as) com a qualidade da educação pública e gratuita.

Defendemos mais recursos para a valorização de todos(as) os(as) profissionais da educação, formação e organização cotidiana das escolas. Para isso, a APP-Sindicato, re-

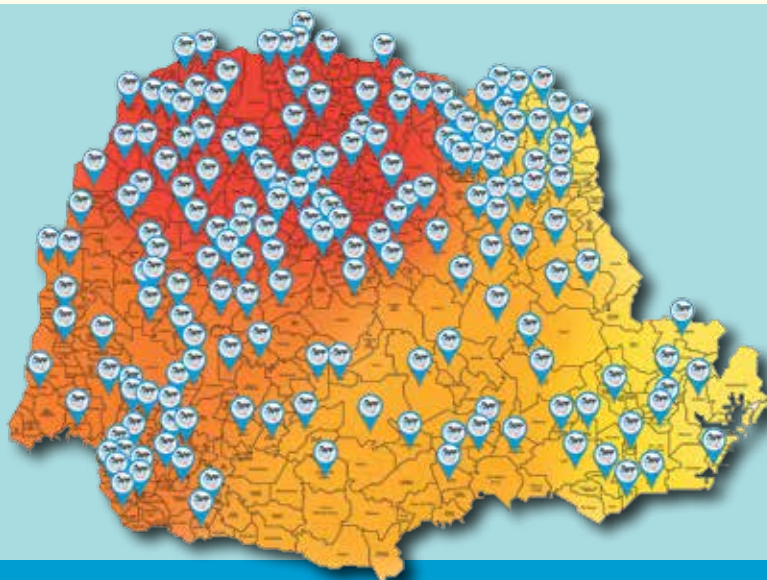
presentando toda a categoria de profissionais da educação no Paraná, defende, com tanta veemência projetos como a aplicação de 10% do PIB para a Educação, o cumprimento da Lei do Piso – que regulamenta, entre outros, a remuneração dos professores(as) e a aplicação da hora-atividade – e a aprovação imediata do Plano Nacional da Educação (PNE). Mas afinal, qual o impacto imediato dessas propostas na sua carreira e o que o Sindicato tem feito sobre isso?

Veja, neste informativo, a importância da nossa luta unificada e saiba também porque estaremos mobilizados nos dias 17, 18 e 19 de março.

O que é a Lei do Piso?

A Lei Federal 11.738/08 determina o valor mínimo dos salários, em âmbito nacional, dos professores e professoras e a nossa jornada de trabalho. Mas no Paraná, a Lei não é cumprida e a situação beira o caos, pois vários municípios ainda desrespeitam tanto os índices anuais do reajuste salarial quanto o direito ao 1/3 da hora-atividade para o preparo de

aulas, correção de provas e formação profissional. É também por esse direito que nos dias 17, 18 e 19 os(as) trabalhadores da educação estarão em mobilização para mostrar à comunidade e aos(as)prefeitos e governador que a legislação precisa ser respeitada em sua totalidade. Precisamos fazer valer a Lei do Piso na educação municipal!



Somos um Estado com 399 municípios. Uma ampla região demográfica com diferentes políticas de economia, educação e trabalho. É neste contexto, que a Secretaria de Assuntos Municipais da APP busca atender aos(as) trabalhadores(as) das redes municipais de ensino básico nas cidades onde não há sindicatos da educação. Hoje, aproximadamente 40% dos pouco mais de 27 mil docentes a serviço das prefeituras são sindicalizados à APP. A luta da APP na rede municipal vai para além da implantação do Plano de Carreira, ela passa pela formação de Comissões que - orientadas e embasadas por estudos sobre a economia local e, em consonância com as conquistas dos(as) educadores(as) da rede estadual - contribuem para o fortalecimento do debate social e pela melhoria nas condições de ensino e trabalho na educação no nosso Estado.

E se tivermos 10% do PIB para a educação?

O Produto Interno Bruto é o cálculo de tudo o que é produzido no país, do giz até o tijolo usado na construção de casas e escolas. Na lógica de produção e consumo, tudo o que é produzido e consumido gera impostos para o governo. O PIB nada mais é que a soma das riquezas de um país, calculadas sobre tudo que sai das fábricas e sobre o que é comprado pelos(as) cidadãos(as). Assim, quanto maior a produção e o consumo, mais alto será o valor do PIB nacional. Hoje, estima-se que apenas 5% dessa riqueza é destinada à educação.

Mas de onde virá este dinheiro?

Dos impostos e arrecadações, já que o PIB funciona como uma 'régua', e não uma 'poupança' ou fundo monetário pré-existente. Reivindicar os 10% significa exigir que o dinheiro obtido pelo governo seja revertido para melhorar a situação do ensino público no país.

No cotidiano das escolas municipais, o investimento significa condições para reduzir o número de estudantes por turma, para aumentar a quantidade de profissionais e sua remuneração, além de prever recursos para que as escolas desenvolvam projetos pedagógicos, invistam na formação profissional e na estrutura física das escolas.

Qual o impacto da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) no município?

O PNE é um documento com 20 metas que determinam quais devem ser as prioridades na educação nos próximos dez anos. O plano está em análise no Senado, e ponto de principal conflito é a meta que estabelece os 10% do Produto Interno Bruto (PIB) que deve ser investido na área.

Para os municípios, o plano inclui metas como a participação do governo federal no financiamento da educação básica, inclusive na complementação do Piso do Magistério, a garantia da gestão democrática nas escolas, a valorização profissional e a criação de um piso salarial para (os) funcionários(as).

Convocatória para a paralisação

O cumprimento da Lei do Piso, a aprovação do PNE e a reivindicação por mais investimentos na educação são parte da campanha salarial dos(as) educadores(as) de todo o Brasil, este ano. Junto com a Confederação Nacional da Educação (CNTE) a APP-Sindicato organizou o calendário de mobilizações para março.

Professor e funcionário das escolas municipais, esta luta também é de vocês. Veja como será nossa mobilização:

Dia 17 - debates nas escolas do Paraná e a entrega de uma carta aos prefeitos e governadores.

Dia 18 - aula de 30 minutos e atos públicos em todo o Estado na defesa da saúde dos(as) servidores(as).

Dia 19 - data decisiva, quando paralisaremos todas as escolas da rede estadual e nos concentraremos em Curitiba para uma passeata que sairá da Praça Santos Andrade rumo ao Palácio Iguazu.

Procure o Núcleo Sindical da APP mais próximo de você e saiba mais sobre o trabalho da entidade e sobre a caravana que irá até Curitiba no dia 19.

